



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD

RAFAELA LEMES DA COSTA

**PROGRAMAS DE INCENTIVO À COMPRA DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR PELO GOVERNO: IMPACTOS E GOVERNANÇA EM RONDÔNIA**

PORTO VELHO
2025



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

RAFAELA LEMES DA COSTA

**PROGRAMAS DE INCENTIVO À COMPRA DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR PELO GOVERNO: IMPACTOS E GOVERNANÇA EM RONDÔNIA**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, sob a orientação do professor Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima.

PORTO VELHO
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Costa, Rafaela Lemes da.
Programas de incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar pelo governo: impactos e governança em Rondônia / Rafaela Lemes da Costa. - Porto Velho, 2025.
24 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. PAA. 2. PNAE. 3. Gestão Pública. 4. Segurança Alimentar. 5. Desenvolvimento Sustentável. I. Lima, Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

Revista Campo da História

DOI: 10.55906/rcdhv10n2-032

01-21, 2025

ISSN: 2526-3943

**PROGRAMAS DE INCENTIVO À COMPRA DE ALIMENTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PELO GOVERNO: IMPACTOS E
GOVERNANÇA EM RONDÔNIA**

**GOVERNMENT INCENTIVE PROGRAMS FOR THE PURCHASE OF
FAMILY FARMING FOOD: IMPACTS AND GOVERNANCE IN
RONDÔNIA**

**PROGRAMAS DE INCENTIVO A LA COMPRA DE ALIMENTOS DE
LA AGRICULTURA FAMILIAR POR EL GOBIERNO: IMPACTOS Y
GOBERNANZA EN RONDÔNIA**

Originals received: 5/12/2025
Acceptance for publication: 6/9/2025

Rafaela Lemes da Costa
Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública
Instituição: Instituto Federal de Rondônia (IFRO)
Endereço: Mirante da Serra, Rondônia, Brasil
E-mail: rafaela.lemescosta@gmail.com

Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima
Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil
E-mail: juocerlee@unir.br

RESUMO: Fortalecer a agricultura familiar é promover o direito à alimentação, a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável. Este artigo, munido de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com ênfase na análise documental, analisou os impactos socioeconômicos e institucionais dos programas de compras públicas, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, na agricultura familiar no estado de Rondônia. O estudo concentrou-se em compreender como esses programas influenciam a governança pública local, a renda dos pequenos produtores, o acesso à alimentação adequada e o fortalecimento dos mercados institucionais. Os resultados evidenciam que, apesar de entraves significativos relacionados à infraestrutura, logística, gestão orçamentária e à descontinuidade administrativa, os programas representam importantes mecanismos de inclusão produtiva e de promoção da segurança e soberania alimentar. Além disso, revelam-se instrumentos estratégicos para o desenvolvimento territorial e para a dinamização das economias locais. Conclui-se que a superação dos desafios

identificados passa, sobretudo, por ações integradas entre os entes federativos, investimentos em capacitação institucional, maior articulação intersetorial e fortalecimento da gestão pública.

PALAVRAS-CHAVE: PAA. PNAE. Gestão Pública. Segurança Alimentar. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: Strengthening family farming means promoting the right to food, social inclusion and sustainable regional development. This article, using a qualitative, exploratory and descriptive approach, with an emphasis on documentary analysis, analyzed the socioeconomic and institutional impacts of public procurement programs, especially the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), on family farming in the state of Rondônia. The study focused on understanding how these programs influence local public governance, the income of small producers, access to adequate food and the strengthening of institutional markets. The results show that, despite significant obstacles related to infrastructure, logistics, budget management and administrative discontinuity, the programs represent important mechanisms for productive inclusion and the promotion of food security and sovereignty. In addition, they are strategic instruments for territorial development and for the dynamization of local economies. It is concluded that overcoming the identified challenges requires, above all, integrated actions between the federative entities, investments in institutional training, greater intersectoral articulation and strengthening of public management.

KEYWORDS: PAA. PNAE. Public Management. Food Security. Sustainable Developmenty.

RESUMEN: Fortalecer la agricultura familiar implica promover el derecho a la alimentación, la inclusión social y el desarrollo regional sostenible. Este artículo, de enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, con énfasis en el análisis documental, analizó los impactos socioeconómicos e institucionales de los programas de compras públicas, especialmente el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), en la agricultura familiar del estado de Rondônia. El estudio se centró en comprender cómo estos programas influyen en la gobernanza pública local, los ingresos de los pequeños productores, el acceso a una alimentación adecuada y el fortalecimiento de los mercados institucionales. Los resultados muestran que, a pesar de los importantes obstáculos relacionados con la infraestructura, la logística, la gestión presupuestaria y la discontinuidad administrativa, los programas representan mecanismos importantes para la inclusión productiva y la promoción de la seguridad y la soberanía alimentaria. Además, son instrumentos estratégicos para el desarrollo territorial y la dinamización de las economías locales. Se concluye que superar los desafíos identificados requiere, sobre todo, acciones integradas entre las entidades federativas, inversiones en el desarrollo de capacidades institucionales, una mayor coordinación intersectorial y el fortalecimiento de la gestión pública.

PALABRAS CLAVE: PAA. PNAE. Gestión Pública. Seguridad alimentaria. Desarrollo sustentable.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira é a 8ª maior produtora de alimentos do planeta, responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos no país, exerce um papel crucial no desenvolvimento rural, associado ao crescimento econômico e sustentabilidade ambiental, representa um dos pilares fundamentais para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável do Brasil (CONTAG, 2024; Brasil, 2025a), especialmente na região Norte, onde os estabelecimentos classificados como agricultura familiar consistem em mais 60,1% das propriedades, tendo assim a produção agrícola fortemente associada aos pequenos produtores (IBGE, 2022).

Visando fortalecer esse setor, por meio do apoio à comercialização de seus produtos, e garantir o direito humano a uma nutrição adequada, promovendo o acesso à alimentação para cidadãos em insegurança alimentar, o governo federal desenvolveu o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em 2003, que por sua vez, viabilizou a compra direta por órgãos públicos dos produtos agricultura familiar ao incluir no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Brasil, 2014), que apesar de ter sua origem na década de 40 e gradualmente conseguir avanços ao longo dos anos, teve seu marco legal em 2009 com a Lei nº11.947, que veio a reforçar o direito à alimentação e promover uma reformulação do programa, que continua a ser um dos principais instrumentos de garantia para o consumo de alimentos a nível escolar no Brasil (Brasil, 2009, 2013)

Essas políticas públicas não apenas contribuem para a inclusão social e produtiva dos agricultores, como também promovem o desenvolvimento regional (Brasil, 2013, 2014), estimulam circuitos curtos de comercialização e fortalecem a governança pública, uma vez que exigem coordenação entre diferentes esferas governamentais (Santos, 2024). No estado de Rondônia, historicamente marcado por políticas de colonização e expansão agrícola, a agricultura familiar responde por uma parcela significativa da produção de alimentos (Santos, 2021), e desempenha papel estratégico no abastecimento interno e na geração de renda no campo (Santos, 2024). Neste, a implementação dos programas PAA e PNAE, apesar dos desafios enfrentados, tem gerado resultados positivos comprovados.

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil, como os programas de aquisição institucional de alimentos, ainda persistem desafios

significativos em sua implementação, especialmente nos estados da região Norte. Em Rondônia, iniciativas como o PAA e o PNAE possuem grande potencial para promover inclusão produtiva, segurança alimentar e desenvolvimento local sustentável. No entanto, obstáculos como burocracia excessiva, deficiências na infraestrutura logística, limitações na articulação entre os entes federados e fragilidades na governança institucional ainda dificultam sua efetiva consolidação no território.

A literatura aponta que, embora tais programas tenham impulsionado a dinamização da agricultura familiar, seus efeitos sobre a renda dos produtores, a regularidade no fornecimento e a eficiência da gestão pública continuam sendo limitados por barreiras estruturais e de governança. Como destacam Grisa e Schneider (2015), “a institucionalização das compras públicas de alimentos no Brasil enfrentou, ao longo do tempo, um processo de tensionamento entre as diretrizes normativas e os arranjos locais de implementação, muitas vezes marcados por descontinuidade, fragilidades técnicas e disputas políticas”.

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender como esses programas vêm sendo operacionalizados em Rondônia e quais seus efeitos concretos para os agricultores familiares e para a gestão pública local. Investigações nesse campo são fundamentais para aprimorar a eficácia das políticas de abastecimento alimentar e de desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, este estudo parte do seguinte questionamento: como os principais programas de incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar vêm sendo implementados em Rondônia, e quais são seus impactos socioeconômicos, implicações na governança pública local e os principais desafios enfrentados?

Nesse contexto, a presente pesquisa apresenta contribuições tanto práticas quanto teóricas. No plano prático, busca subsidiar o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar em Rondônia, por meio da identificação de gargalos, boas práticas e estratégias de fortalecimento dos programas PAA e PNAE. Tais políticas impactam diretamente a vida de agricultores familiares, estudantes da rede pública e comunidades em situação de vulnerabilidade social, promovendo acesso à renda, alimentação saudável e cidadania.

No campo teórico, o estudo contribui para o avanço da literatura sobre políticas públicas de abastecimento e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia Legal, ainda carente de análises aprofundadas. Além disso, propõe uma abordagem intersetorial que articula economia rural, administração pública e governança territorial, ampliando seu alcance teórico e

metodológico. Ao reunir evidências empíricas sobre os impactos e desafios da implementação desses programas, a pesquisa busca preencher lacunas relevantes de conhecimento e apoiar decisões mais eficazes, integradas e equitativas.

Diante do papel estratégico dos programas de aquisição institucional na garantia do direito à alimentação e no desenvolvimento rural sustentável, o presente trabalho tem como objetivo analisar os principais programas de incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar pelo governo em Rondônia, buscando compreender os impactos socioeconômicos, suas implicações na governança pública local e os desafios enfrentados em sua implementação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A formulação e execução de políticas públicas no Brasil estão diretamente ligadas ao conceito de governança pública, entendida, de forma ampla, como o conjunto de práticas adotadas pelas instituições governamentais não apenas na tomada de decisões, mas também na implementação de políticas públicas nos âmbitos social, econômico e político, abrangendo a atuação da sociedade civil, do setor privado e do próprio governo (Teixeira; Gomes, 2019; Henrique, 2025). A boa governança, nesse contexto, está relacionada à capacidade do Estado em formular e implementar políticas eficazes, transparentes e participativas (Farias, 2005).

No campo das políticas alimentares, os programas PAA e o PNAE ganham destaque, pois visam a promoção da segurança alimentar e nutricional, e ambos têm como premissa a valorização da agricultura familiar e a constituição de mercados institucionais, aproximando produtores e consumidores por meio de compras governamentais diretas. Seu potencial transformador já é reconhecido não apenas pelos agricultores familiares, como também pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), Banco Mundial, ONU (Organização das Nações Unidas), por movimentos sociais e governos, sobretudo na América latina, Caribe e na África, em que muitos inclusive adotaram modelos inspirados no PAA. (Brasil, 2014).

A agricultura familiar é reconhecida por seu papel estratégico na produção de alimentos saudáveis, na geração de emprego e renda, e na sustentabilidade ambiental, de modo que, o êxito dessas políticas públicas no enfrentamento da fome e da desnutrição está diretamente associado ao fato de se configurarem como estratégias de fortalecimento dos sistemas locais de

abastecimento alimentar (Brasil, 2025a). De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar representa cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários do país, e o que a distingue da modalidade não familiar são suas características e dinâmica, nela a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda (IBGE, 2019).

Até a década de 1970, a agricultura em Rondônia era predominantemente baseada em práticas extrativistas e de subsistência, no entanto, com a implementação de políticas territoriais promovidas pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980, especialmente por meio de projetos de colonização agrícola e distribuição de terras, houve um intenso processo de ocupação do território rondoniense, esse movimento foi marcado por um expressivo fluxo migratório de famílias oriundas de várias regiões do país, o que contribuiu para a consolidação de um espaço técnico voltado à produção agrícola baseada em pequenas propriedades familiares (Souza, 2020; Santos, 2021, 2024).

Esses programas federais se inserem na perspectiva da gestão pública orientada por resultados, onde os instrumentos de planejamento e avaliação são essenciais para garantir a efetividade das ações estatais. Segundo Arretche (1999), a maioria dos municípios brasileiros apresenta baixa capacidade econômica, forte dependência das transferências fiscais e limitada tradição administrativa, nessas condições, programas de descentralização que reduzam os custos financeiros e operacionais de gestão passam a ter um peso decisivo para as administrações locais, de modo que, o êxito das políticas públicas, por sua vez, está diretamente relacionado à capacidade institucional de articular múltiplos atores e níveis de governo (federal, estadual e municipal) de forma eficiente, equitativa e participativa.

Desta forma, é possível compreender que os programas de compra direta de alimentos contribuem significativamente para a consolidação de uma governança democrática e descentralizada, ao promoverem o desenvolvimento territorial, a inclusão social e o fortalecimento da economia local. No entanto, na mesma medida em que geram esses avanços, impõem o desafio proporcional de alcançar a articulação efetiva entre os diferentes níveis de governo, garantir a participação social e assegurar a continuidade e a eficácia das políticas públicas no território.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, foi adotada uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com ênfase na análise bibliográfica e documental. Foram utilizados dados secundários provenientes de legislação oficial, relatórios governamentais, artigos acadêmicos, publicações institucionais e fontes públicas online. A base teórica concentrou-se nos conceitos de governança pública, desenvolvimento territorial e segurança alimentar.

A adoção dessa abordagem metodológica decorre da própria natureza do objeto de estudo, que requer uma compreensão aprofundada dos contextos sociais e institucionais. Utiliza-se o estado de Rondônia como estudo de caso instrumental, com o objetivo de compreender como os programas PAA e PNAE vêm sendo implementados e quais efeitos têm gerado. Segundo Yin (2015), o estudo de caso é adequado quando se busca entender fenômenos sociais complexos inseridos em um contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

A investigação foi conduzida por meio de análise bibliográfica e documental, conforme descrita por Lakatos e Marconi (2003). O trabalho é bibliográfico porque teve como uma das fontes de pesquisa, trabalhos já publicados anteriormente sobre a temática. Ainda é documental, porque também teve como fonte de dados materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados segundo os objetivos da pesquisa. Já o caráter descritivo, que conforme Gil (2019) é adequado para registrar, analisar e interpretar os fatos de uma realidade sem manipulá-los, permitindo uma leitura mais ampla do fenômeno estudado. Completa-se com a análise bibliográfica, que segundo Severino (2000), serve de suporte teórico à pesquisa, ao permitir o embasamento conceitual a partir de fontes secundárias selecionadas com base em sua relevância, atualidade e confiabilidade institucional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A abordagem considerou a relevância dos principais programas de incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar pelo governo em Rondônia, que foram organizados em três eixos temáticos: impactos socioeconômicos, implicações na governança pública local e desafios de implementação. Essa divisão facilitou a análise de forma sistematizada e coerente,

permitindo uma compreensão de forma articulada dos principais desdobramentos dessas políticas no contexto rondoniense.

4.1 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

Esta seção aborda os efeitos gerados pelos programas de compra de alimentos da agricultura familiar no aumento da renda, na inclusão produtiva e na segurança alimentar. Ao garantir canais de comercialização estáveis, essas iniciativas fortalecem a economia local, ampliam o acesso a alimentos saudáveis e contribuem para o desenvolvimento social e territorial.

4.1.1 Aumento de Renda e Inclusão Produtiva

Os programas, especialmente o PAA e o PNAE, promovem aumento médio expressivo na renda dos agricultores familiares. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA mostram que ser fornecedor do PAA aumenta a renda dos agricultores entre 19% e 39% e que vender alimentos para o PNAE tem um efeito positivo entre 23% e 106%, e que em ambos os casos, os efeitos são mais intensos entre os agricultores de renda mais baixa, que são justamente aqueles de maior interesse das políticas (Elias *et al.*, 2024; Brasil, 2025b). Esse impacto é ainda mais relevante em regiões como Rondônia, onde muitos agricultores vivenciam instabilidade de mercado e baixo poder de negociação com atravessadores.

Em 2023 o governo de Rondônia destinou 40% dos recursos do PNAE à compra de alimentos de produtores locais (Rondônia, 2023a). Em 2024 governo federal destinou para o governo de Rondônia mais de 6 milhões de reais para o PAA (Rondônia, 2024a), e segundo o coordenador deste na Emater o valor destinado para 2025 até o mês de abril era de 5 milhões de reais (Rondônia, 2025e). Apesar dos avanços das políticas de aumento de renda e inclusão produtiva em Rondônia, o Estado ainda possui gargalos nos que tange principalmente ao acesso dos agricultores familiares ao PNAE.

É inegável que o PNAE contribui para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos, para a melhoria do rendimento escolar, por meio de ações educativas para construção de hábitos saudáveis (Brasil, 2025a). No entanto, frente ao seu potencial, os efeitos ainda são limitados a

uma expressiva parcela de agricultores familiares, que não conseguem comprovar seu enquadramento na categoria e esbarram no fator documental, refletindo dificuldades de acesso a financiamentos, assistência técnica capacitada e limitações nos programas de comercialização.

A nova versão atualizada do PAA traz estratégias que priorizam o fomento à produção familiar de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, negros, mulheres e a juventude rural, cria facilidades para a aquisição de máquinas e equipamentos de pequeno porte, com foco não apenas na ampliação do número de beneficiados, mas também na transição para a agroecologia (Brasil, 2025a). Dentro das fronteiras da Amazônia Legal, Rondônia é o 4º estado do país e o 3º da região Norte a abrigar mais Povos Indígenas, sendo 29 povos registrados no 'Programa Povos Indígenas no Brasil', do Instituto Socioambiental (ISA) (G1-RO, 2024).

E nesse sentido, um passo importante para Rondônia foi o lançamento do primeiro PAA Indígena Estadual, inicialmente para as regiões de Ji-Paraná, Alta Floresta d'Oeste, Cacoal e Espigão do Oeste (Rondônia, 2025b). Política apoiada em um avanço fundamental, a emissão do Cadastro da Agricultura Familiar – CAF, que permite também o acesso a créditos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Indígena, uma linha específica de financiamento produtivo sustentável, desta forma, a iniciativa voltada exclusivamente aos povos originários, além de geração de renda e segurança alimentar, busca a valorização das culturas tradicionais (Rondônia, 2025a).

Em geral o PRONAF ainda é muito mais concentrado nas regiões Sul e Sudeste e pouco nas regiões Norte e Nordeste (Brasil, 2025a). Ao se comparar a magnitude dos parâmetros estimados, segundo Elias *et al.* (2024), a comercialização de alimentos por meio do PNAE gerou efeito maior sobre a renda dos ofertantes em comparação com o PAA, o que pode ser um indício de que o agricultor fornecedor do PAA, em média, possui menor capacidade de ofertar itens com maior valor agregado e de acessar políticas públicas complementares, fatores que influenciam diretamente o impacto sobre a renda e a inclusão produtiva.

O estudo também aponta diferenças regionais relevantes: agricultores familiares das regiões Sul e Sudeste, com maior capacidade organizacional e produtiva, demonstram mais chances de participação no PNAE, enquanto os do Norte tendem a ser mais contemplados pelo

PAA, programa que busca priorizar justamente os segmentos mais vulneráveis da agricultura familiar.

Em 2014 Schneider e Cassol já apontavam para a necessidade de políticas específicas para os distintos tipos de estabelecimentos familiares de modo a permitir o desenvolvimento de distintas estratégias de uso da terra e dos demais meios de produção para alcançar a reprodução social e gerar excedente econômico que possa assegurar receitas adequadas. Corroborando com esse pensamento, tais disparidades no acesso às políticas alimentares, refletem não apenas as diretrizes normativas distintas de cada modalidade, mas também a heterogeneidade socioeconômica dos agricultores elegíveis em cada território, de modo que precisam ser consideradas e pensadas para a construção de políticas públicas personalizadas para cada realidade, a fim de que o aumento de renda e inclusão produtiva ocorra de forma efetiva e duradoura a longo prazo sobre o pilar da equidade de direitos socioeconômicos.

4.1.2 Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

De acordo com o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar - ABAF (Brasil, 2025a), os alimentos provenientes da agricultura familiar foram fundamentais para que, em 2023, o Brasil conseguisse retirar 24,4 milhões de pessoas da insegurança alimentar severa. E embora o seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, o grande desafio do país reside na conquista da soberania alimentar, haja vista que boa parte dessa produção está fortemente voltada ao mercado externo, o que torna o fortalecimento de políticas de soberania e segurança alimentar ainda mais essencial.

No caso de Rondônia, os programas PAA e PNAE têm gerado impactos expressivos. Em cumprimento da diretriz normativa prevista na Resolução nº 06/2020, complementar a Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2020, 2025c), o PNAE tem promovido cardápios escolares mais saudáveis e regionalizados, respeitando a sazonalidade e cultura alimentar local, especialmente nos municípios com maior articulação entre gestores, nutricionistas e produtores.

No entanto, o programa de incentivo a compras de alimentos mais acessado pelos agricultores familiares rondonienses ainda é o PAA na modalidade de aplicação compra com doação simultânea, que além de garantir renda com a venda dos produtos a preço justo, incentiva à diversidade de produção e contribui para a erradicação da fome, com a distribuição

dos produtos às famílias ou entidades que atuam com pessoas de baixa renda, em situação de vulnerabilidade alimentar (Rondônia, 2024b).

Além dos benefícios físicos e econômicos, os programas de compra direta reforçam também o desenvolvimento intelectual. O IPEA divulgou em 2024 um estudo mostrando que em 2019, escolas com maior participação de alimentos da agricultura familiar no PNAE registraram acréscimos médios de +2,57 pontos em Português e +3,34 pontos em Matemática, o relatório atribui esses resultados não apenas à alimentação mais saudável e nutricionalmente adequada (fatores que aumentam a concentração, reduzem faltas e melhoram o rendimento escolar), mas também destaca o papel educativo e cognitivo desse tipo de alimentação, evidenciando a relação direta entre alimentação local, cognição e aprendizado (Silva *et al.*, 2024)

A estratégia de circuitos curtos de comercialização reforça os vínculos entre produção e consumo (Santos, 2024), ressaltando o potencial multidimensional de desenvolvimento local por meio da alimentação. Tais programas, não apenas elevam o nível nutricional das refeições oferecidas nas escolas e entidades assistenciais, mas promovem pequenas economias municipais, que se fortalecem com a circulação de renda no território, incentivando formas de produção sustentável e fomentando o comércio local, por meio da valorização da agricultura local e da mobilização de recursos e capacidades institucionais locais.

4.2 IMPLICAÇÕES NA GOVERNANÇA PÚBLICA LOCAL

Neste segmento são destacados os reflexos do PAA e PNAE nas políticas de gestão pública local, com ênfase na articulação entre setores como educação, assistência social e agricultura. Também se destaca a relevância da formação e capacitação institucional para assegurar a continuidade e a efetividade das ações implementadas.

4.2.1 Integração Intersetorial

A efetiva implementação dos programas PAA e PNAE depende de uma sólida integração intersetorial, envolvendo não apenas diferentes órgãos governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, mas também entidades da sociedade civil. Por ser uma ferramenta

de descentralização, valorização e distribuição de alimentos, o PAA adota critérios de priorização. Têm preferência os assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, além de empreendimentos familiares e cooperativas com maioria de associados da agricultura familiar (Rondônia, 2023b). E para que isso aconteça de forma efetiva a integração entre áreas que tradicionalmente atuam de maneira isolada representa um fator estratégico para a superação de entraves burocráticos e operacionais.

A descentralização da compra permite que os alimentos não precisem percorrer grandes distâncias, reduzindo custos logísticos e diminuindo desperdícios, o que também favorece a sustentabilidade ambiental (Brasil, 2014). Conforme Arretche (1999), a descentralização administrativa no Brasil exige articulações complexas e capacidade técnica local para garantir a eficácia das políticas públicas. No caso desses programas, os municípios têm papel central na execução e fiscalização, e sua capacidade institucional influencia diretamente nos resultados obtidos.

Nesse sentido, a atuação de órgãos como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRS e os Conselhos de Alimentação Escolar – CAE é fundamental nesse processo, promovendo o controle social, a transparência e o alinhamento das ações às necessidades locais (Rondônia, 2025c, 2025d). Essa articulação entre setores distintos como educação, assistência social, agricultura e planejamento, fortalece a governança local e o impacto das políticas públicas, pois considera as especificidades regionais e permite aplicação de recursos conforme as necessidades prioritárias locais.

A experiência de Rondônia demonstra que o êxito dos programas PAA e PNAE está fortemente vinculado à integração entre os diferentes setores da gestão pública local. Os municípios que articularam de forma coordenada as secretarias de educação, agricultura e assistência social alcançaram melhores resultados na execução das políticas de compra pública, também a criação de núcleos técnicos especializados permitiu maior sinergia entre as ações, favorecendo desde o planejamento das compras até a logística de distribuição e o acompanhamento nutricional.

4.2.2 Formação e Capacitação Institucional

A formação e a capacitação institucional são condições essenciais para que agricultores familiares consigam acessar e se manter em políticas públicas como o PAA e o PNAE. Como já apontado no relatório do IPEA (Elias *et al.*, 2024), o sucesso desses programas depende da existência prévia de oferta estruturada por parte dos agricultores, o que exige organização produtiva, assessoramento técnico e suporte em infraestrutura, de modo que, cooperativas e associações consolidadas, formadas por agricultores com maior capacidade organizacional, têm mais chances de participação e permanência nesses mercados.

Os programas de políticas alimentares fomentam a participação social qualificada, por meio da atuação em conselhos municipais e fóruns regionais, fortalecendo o diálogo entre sociedade civil e poder público (Santos, 2024). O processo de gestão e aplicação do PAA e do PNAE promove a formação de núcleos técnicos municipais ao requerer diversas formalizações de acesso, de modo que, os ganhos institucionais dependem diretamente da capacidade técnica local de aplicação, que por sua vez demanda, além da capacitação técnica, de apoio contínuo à gestão local, para que haja a profissionalização das práticas produtivas.

Em Rondônia, os programas vêm contribuindo significativamente para o fortalecimento institucional dos atores envolvidos, ao incentivar a formalização de cooperativas, o planejamento da produção, e o uso de sistemas de controle e monitoramento. Um passo importante foi a constituição da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e

Economia Solidária do Estado de Rondônia – UNICAFES Rondônia em 2014, e em 2018 a Federação da UNICAFES Rondônia, que dentro dos serviços prestados, executa a comercialização coletiva da produção nos mercados institucionais do PAA e PNAE (UNICAFES, 2025).

No ABAF de 2025 (Brasil, 2025a) o presidente da Asbraer¹ e da Emater-RO², Luciano Brandão, reforça a agricultura familiar como ponto central no combate à fome, geração de emprego e sustentabilidade climática no Estado, ressaltando que a Rede Asbraer desempenha um papel crucial na conexão do campo com políticas públicas essenciais, como o PAA e o

¹ ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária.

² EMATER-RO – Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia.

PNAE, e que o fortalecimento da ATER³ pública e das OEPAs⁴ exige maior reconhecimento e apoio governamental, incluindo remuneração justa pelos serviços prestados.

4.3 DESAFIOS ENFRENTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO

Esta seção apresenta os principais entraves à execução dos programas, como deficiências de infraestrutura e logística, além de restrições orçamentárias e administrativas. Tais dificuldades impactam diretamente a regularidade das ações, especialmente em contextos municipais com menor capacidade técnica e financeira.

4.3.1 Infraestrutura e Logística

Apesar dos avanços promovidos pelo PAA e PNAE em Rondônia, os programas ainda enfrentam desafios infraestruturais e logísticos significativos. Embora a dinâmica de compra com doação simultânea favoreça o atendimento rápido das populações em situação de vulnerabilidade, ela também impõe desafios importantes, como transporte adequado, armazenamento e articulação eficiente entre os atores envolvidos, especialmente em municípios com menor estrutura administrativa.

A deficiência de assistência técnica contínua dificulta a preparação dos produtores, das cooperativas e dos gestores municipais para atender às exigências do PAA e do PNAE. Em muitos casos, as cooperativas e associações produtivas enfrentam dificuldades para armazenar e transportar os produtos dentro das normas exigidas. A carência de estradas adequadas e meios de transporte apropriados compromete a entrega pontual e segura de alimentos, principalmente dos produtos perecíveis, como hortaliças, frutas e derivados do leite. Essas limitações impactam diretamente a qualidade dos alimentos recebidos pelas instituições, além de gerar desperdícios e insegurança no cumprimento das metas de fornecimento.

Nesse contexto, simplificar a burocracia se faz necessário para melhorar o tempo de entrega e a logística de distribuição, a fim de diminuir perdas por deterioração. Também políticas públicas de estímulo ao associativismo e cooperativismo são fundamentais para a

³ ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁴ OEPAs – Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária

obtenção de produtores organizados com maior conhecimento, acesso a crédito e com capacidade de redução de custos por meio de compras conjuntas, estruturas coletivas de armazenamento, transporte, dentre outros.

4.3.2 Gestão Orçamentária e Continuidade

Como destaca o ABAF (Brasil, 2025a) a continuidade e ampliação dos programas do PAA e PNAE dependem diretamente da capacidade estatal local, da oferta de suporte técnico e da institucionalização de práticas de gestão pública voltadas ao desenvolvimento rural. Assim, a superação desses desafios requer um reinvestimento estratégico por parte do poder público estadual, tanto em infraestrutura quanto em qualificação da gestão.

Em Rondônia, embora os programas tenham alcançado resultados expressivos em diversos municípios, ainda enfrentam barreiras relacionadas à gestão orçamentária e à sustentabilidade institucional. Um dos principais entraves identificados está na instabilidade dos repasses financeiros por parte dos governos federal e estadual, o que compromete a continuidade das ações e desorganiza o planejamento da produção agrícola local.

Essa situação é especialmente crítica nos municípios com menor capacidade técnica-administrativa, onde há dificuldade em elaborar projetos, prestar contas e operar os sistemas oficiais de gestão dos programas, como o SICONV⁵ ou o SIGPAA⁶. O acesso limitado a capacitações permanentes por parte de gestores municipais e dirigentes de cooperativas compromete o cumprimento de exigências legais e sanitárias, tornando os processos burocráticos mais difíceis, afetando o engajamento dos fornecedores locais e a eficiência das políticas.

Entretanto, o Estado de Rondônia deu um passo importante ao incluir no Plano Plurianual 2024–2027 (Lei nº 5.718/2024) ações específicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, prevendo investimentos e estratégias intersetoriais para a promoção da segurança alimentar, comercialização e assistência técnica (Rondônia, 2024c). Essa vinculação orçamentária indica um esforço institucional de garantir continuidade às políticas públicas

⁵ SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

⁶ SIGPAA - Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos.

como o PAA e o PNAE, mesmo diante de mudanças administrativas, ampliando a capacidade do Estado em planejar de forma integrada e sustentável.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que os programas de compras públicas da agricultura familiar, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exercem papel estratégico no estado de Rondônia ao promoverem inclusão produtiva, geração de renda, fortalecimento da economia local e segurança alimentar. A pesquisa destacou que, apesar dos avanços alcançados, persistem desafios estruturais relacionados à infraestrutura logística, capacidade institucional, integração intersetorial e continuidade orçamentária, que comprometem a efetividade plena dessas políticas.

Os resultados indicam que o sucesso dos programas está fortemente associado à atuação coordenada entre as esferas de governo e à capacitação técnica dos gestores e agricultores familiares. A formação de cooperativas, o apoio à assistência técnica e a atuação dos conselhos municipais mostraram-se elementos-chave para uma governança mais eficiente, democrática e participativa. Ademais, a inclusão de grupos tradicionalmente marginalizados, como povos indígenas e comunidades quilombolas, representa um avanço significativo no sentido da equidade social e territorial.

Do ponto de vista institucional, os programas analisados contribuem para o fortalecimento de arranjos locais de governança e para a articulação de políticas públicas com enfoque no desenvolvimento sustentável e na justiça alimentar. A experiência de Rondônia reforça a relevância da descentralização acompanhada de investimentos contínuos em infraestrutura, monitoramento e planejamento estratégico.

No entanto, este estudo apresenta algumas limitações. Por tratar-se de uma análise qualitativa com ênfase em revisão bibliográfica e documental, a pesquisa não incorporou entrevistas com atores locais nem a aplicação de instrumentos quantitativos, como questionários ou análise estatística de desempenho dos programas em nível municipal. Essa limitação restringe a capacidade de generalização dos resultados e de identificação de variações entre os municípios.

Assim, sugere-se para pesquisas futuras a realização de estudos de campo com enfoque comparativo entre diferentes municípios de Rondônia, bem como a aplicação de métodos mistos (qualitativos e quantitativos) que permitam mensurar com mais precisão os impactos socioeconômicos e institucionais dos programas. Também se recomenda o aprofundamento das análises sobre os efeitos desses programas na alimentação escolar, no desempenho educacional e na qualidade de vida das populações atendidas, especialmente em comunidades tradicionais.

Com a continuidade dos investimentos públicos e a ampliação do diálogo federativo, os programas de compras institucionais têm potencial para consolidar-se como pilares da governança territorial sustentável e da garantia do direito à alimentação no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. T. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.40, p. 111-141. 1999. DOI:<https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200009>.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 junho. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm
- _____. Ministério da Educação. **PNAE: Histórico**. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF, 280 p. 2014. ISBN: 978-85-60700-66-0.
- _____. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Seção 2, art. 17. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020>.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar 2025**. 10 ed. 2025a. Disponível em: <https://digital.agriculturafamiliar.agr.br/pub/agriculturafamiliar/#page/29>.
- _____. Secretaria de Comunicação Social. **Compras públicas aumentam a renda de agricultores familiares em até 106%**. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro>.
- _____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar: O que é?**. 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Anuário da Agricultura Familiar 2024**. Brasília, julho de 2024. 2024. Disponível em: <https://www.fetaesc.org.br/noticia/confira-o-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-de-2024>.
- ELIAS, L. P.; *et al.* **Efeitos das compras públicas na renda de agricultores familiares no Brasil: análise do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF: Ipea, dez. 2024. 31 p. (Texto para Discussão, n. 3072). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3072-port>.
- FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, p. 97–109, 2005. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?format=pdf&lang=pt>>.

G1-RO. **Quem são os povos indígenas de Rondônia?** g1 - Rondônia Amazônica. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/04/19/quem-sao-os-povos-indigenas-de-rondonia-veja-lista.ghtml>>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 248p. 2019. ISBN: 978-85-970-2095-4.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: trajetória e perspectivas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HENRIQUE, G. **O que é Governança Pública? Conheça o conceito e práticas!** Gran Faculdade. 2025. Disponível em:

<<https://faculdade.grancursosonline.com.br/blog/governanca-publica/>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf>.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 311. 2003. ISBN: 85-224-3397-6.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Agricultura. **Governo de Rondônia incentiva destinação de 40% dos recursos do Pnae à compra de alimentos de produtores locais**. 2023a. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-incentiva-destinacao-de-40-dos-recursos-do-pnae-a-compra-de-alimentos-de-produtores-locais/>>.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura. **Governo de Rondônia recebe mais de R\$ 2,8 milhões para compra e doação de produtos da agricultura familiar**. 2023b. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-recebe-mais-de-r-28-milhoes-para-compra-e-doacao-de-produtos-da-agricultura-familiar/>>.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura. **Governo de Rondônia recebe mais de 6 milhões para o PAA Federal 2024**. 2024a. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-recebe-mais-de-6-milhoes-para-o-paa-federal-2024/>>.

_____. Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **Programa de Aquisição de Alimentos do governo de RO beneficia agricultores familiares, na região do Cone Sul**. 2024b. Disponível em:

<<https://rondonia.ro.gov.br/programa-de-aquisicao-de-alimentos-do-governo-de-ro-beneficia-agricultores-familiares-na-regiao-do-cone-sul/>>.

_____. **Lei nº 5.718, de 3 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre o Plano Plurianual – PAA para o quadriênio 2024 a 2027 e dá outras providências. 2024c. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ro/lei-ordinaria-n-5718-2024-rondonia-dispoe-sobre-o-plano-plurianual-ppa-para-o-quadriennio-2024-a-2027-e-da-outras-providencias>.

_____. Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **Com o lançamento do primeiro PAA Indígena Estadual, governo de RO faz história.** 2025a. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/com-o-lancamento-do-primeiro-paa-indigena-estadual-governo-de-ro-faz-historia/>>.

_____. Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **Ações com entidades beneficiárias e início de atividades do PAA-Indígena são realizadas pelo governo de RO.** 2025b. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/acoes-com-entidades-beneficiarias-e-inicio-de-atividades-do-paa-indigena-sao-realizadas-pelo-governo-de-ro/>>.

_____. Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR.** 2025c. Disponível em: <<https://semagric.portovelho.ro.gov.br/artigo/32478>>.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **CAERO – Conselho de Alimentação Escolar de Rondônia.** 2025d. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/seduc/caero-conselho-de-alimentacao-escolar-de-rondonia/>>.

_____. Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **Governo de RO reúne lideranças rurais e comunitárias e lança PAA 2025, com versão inédita para indígenas.** 2025e. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-ro-reune-liderancas-rurais-e-comunitarias-e-lanca-paa-2025-com-versao-inedita-para-indigenas/>>.

SANTOS, T. R. S. Agricultura familiar e agronegócio em Rondônia, uma distinção necessária. **Geographia Opportuno Tempore**, v.7, n. 1, p. 135-148, 2021. DOI: 10.5433/got.2021.v7.44817.

_____. Agricultura familiar em Rondônia: produção e circulação. **Revista Geonorte**, v.15, n.47, p.134-160, 2024. ISSN: 2237-1419. DOI: 10.21170/geonorte.2024.v.15.n.47.134.160.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Embrapa, v. 31, n. 2, p. 227–263. 2014. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/20857>>.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 280 p. 2000. ISBN: 8524900504.

SILVA, S. P.; CIRÍACO, J. S.; ZEN, E. L. **Efeitos da inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar sobre o desempenho de alunos da rede pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2024. 31 p.: il. (Texto para Discussão, n. 3039). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3039-port>.

SOUZA, J. A. O. Colonização da década de 1970, Rondônia e a BR-364. **Espaço em Revista**, v. 22, n. 1. p. 82-100. 2020. ISSN: 1519-7816.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70 (4), p. 519–550, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5422>.

UNICAFES – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **UNICAFES Rondônia**. 2025. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/uf/RO>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 320 p. 2015. ISBN: 978-85-8260-231-7.